

O que aconteceu com as importações em 1999?

Gustavo H. B. Franco

Na semana passada, neste mesmo espaço, apresentei algumas razões pelas quais o comportamento das exportações em 1999 foi surpreendentemente ruim, tendo em vista as expectativas dos defensores da maxidesvalorização (agora procurando distanciar-se prudentemente da sua criatura). Este artigo faz o mesmo exercício com as importações que, em boa medida, também tiveram um comportamento inesperado em 1999. Elas caíram, é verdade, mas muito menos do que esperava a tribo dos "maxistas", e também bem menos do que podiam prever os econométricos, ou seja, os profissionais em projetar o futuro através de equações obtidas a partir de estatísticas da experiência passada.

Os "maxistas" esperavam um milagre, que obviamente não ocorreu. Os econométricos tinham expectativas mais educadas, mas também um tanto exageradas. Muitas de suas equações superestimavam a importância na taxa de câmbio, para explicar as variações nas importações e por uma razão muito simples: no caso de outras "máxis" do passado, era difícil distinguir os efeitos sobre as importações derivados do seu encarecimento em moeda nacional, daqueles oriundos da contenção administrativa, ou "trancamento das gavetas", que sempre acompanhavam as "máxis" no tempo em que existiam as guias de importação e os controles cambiais por parte do BC. Nesses exercícios estatísticos muitos autores tentaram capturar esses outros efeitos através de medições um tanto criativas para o "grau de hostilidade de burocracia" para com as importações, ou para a "cobertura" das barreiras não tarifárias". É claro que nada disso chegava a capturar com exatidão o poder da burocracia de reprimir importações, que era enorme e provavelmente muito mais importante que a "maxi" em si. Mas como não se conseguia separar essas duas causas simultâneas da queda nas importações, o mérito (ou a culpa) era geralmente associada ao câmbio. O fato de as "máxis" de antigamente conseguirem reduzir as importações, por exemplo, à metade de um ano para o outro, permitia estimativas para a "elasticidade-preço" das importações, ou a sensibilidade destas ao preço, em moeda nacional que eram precárias e exageradas.

A nossa "maxi" de janeiro de 1999 foi singular não apenas pelo tamanho, mas pelo fato de que não veio acompanhada de medidas

administrativas de natureza restritiva contra as importações, em contraste com toda a experiência anterior. Tivemos, portanto, a primeira "maxi" onde a "elasticidade-preço" podia ser observada sem outras interferências, e os números observados de fato parecem sugerir que as estimativas para o "efeito-preço" da maxi sobre as importações não eram bem o que se esperava.

É importante também observar que mudanças estruturais importantes tiveram lugar no tocante ao papel das importações na economia brasileira nos últimos anos. Conforme cuidadosamente aferido num estudo recente do economista Maurício Moreira, do BNDES, a taxa de penetração das importações na indústria (razão entre as importações e a oferta total de produtos industriais) quase quintuplicou na última década, passando dos ridículos 4,5% em que se situava em 1989 para 19,3%. É muito? É uma abertura muito excessivamente rápida e mesmo irresponsável, como alegam os "maxistas" (e também, em geral, alguns marxistas)? Nada disso. Um país de dimensões continentais, como os EUA, tem taxas de penetração de importações na indústria (e em outros setores "tradables") de ordem de 35%. A ideia que os EUA é uma economia fechada é enganosa, e se deve a comparações entre o comércio exterior e o PIB, mais da metade do qual composto por serviços para os quais não há comércio, e cuja parcela é crescente no tempo.

Pois bem, nós mal chegamos a 20% de abertura na indústria em uma década. E muito provavelmente, ao adotar progressivamente as "melhores práticas" na indústria deveremos nos aproximar do número norte americano nos próximos anos. O processo pode ser atrasado, a prevalecer a violenta subvalorização cambial que hoje vivemos e que ensejará um bocado de re-substituição de importações em boa medida ineficiente e que nos distanciará das melhores práticas internacionais. A subvalorização cambial equivale a reimposição de tarifas protecionistas grandes, um fenômeno que pode recriar carroças e outras criaturas do passado, que o consumidor gostou de ver desaparecer.

O normal, todavia, é que a subvalorização cambial seja diminuída tão rapidamente quanto possível (inclusive pelos salutares efeitos que terá sobre a inflação), que as importações de manufaturados, cresçam mais que o nosso PIB industrial e que nossa taxa de penetração de importações retome o seu crescimento.

Vale á pena também registrar a importância de um interessante fenômeno provocado pela existência dos chamados "sunk costs" ou seja, de custos fixos elevados incorridos por importadores para aqui se estabelecerem. A passagem da autarquia para um grau de abertura moderada (os tais 19,3%) trouxe importadores que se estabeleceram em bases permanentes. Muitos abriram escritórios, empresas locais, redes de comercialização, manutenção, suporte ao consumidor e financiamento. Alguns iniciaram alguma produção local. Essa gente não vai desinvestir ao primeiro, ou ao segundo, sinal de dificuldade. Suas margens foram duramente golpeadas pela maxi, mas tinham certa gordura para queimar. Muitos se esmeraram em descontos, em geral ensejados pelas condições privilegiadas de financiamento de suas matrizes, e em economias de custo e melhorias na logística. Eles vieram para ficar.

Tudo faz crer que a abertura é irreversível, ou seja, que as importações não apenas vão consolidar sua presença no mercado local como também continuarão a crescer na direção dos padrões internacionais uma vez, é claro, normalizadas as condições do câmbio.